



PARLAMENTO NACIONAL

República Democrática de Timor-Leste
SECRETARIADO-GERAL

DIREÇÃO DE APOIO PARLAMENTAR
DIVISÃO DE APOIO AO PLENÁRIO

ANEXO

LEI N.º 1/2007, DE 18 DE JANEIRO, PENSÃO MENSAL VITALÍCIA DOS DEPUTADOS E OUTRAS REGALIAS	PROJETO DE LEI N.º 9/III (4ª)
	<p>Artigo 1.º Objeto</p> <p>A presente lei aprova a Lei sobre Pensão dos Deputados, e procede à Primeira Alteração à Lei n.º 5/2004, de 5 de maio, Sobre Estatuto dos Deputados e à Primeira Alteração à Lei n.º 7/2007, de 25 de Julho, sobre Estatuto dos Titulares dos Órgãos de Soberania.</p>
<p>Artigo 1º Pensão mensal vitalícia</p> <ol style="list-style-type: none">1. Os deputados têm direito a uma pensão mensal vitalícia igual a 100% do vencimento desde que tenham exercido o cargo, em efetividade de funções, durante 42 meses, consecutivos ou interpolados, mediante apresentação de requerimento ao presidente do parlamento.2. Para efeitos de contagem de tempo de exercício de funções é considerado o tempo de exercício do mandato de deputado à assembleia constituinte.	<p>Artigo 2.º Pensão</p> <ol style="list-style-type: none">1. Os Deputados têm direito, após o termo do mandato, a uma pensão mensal igual a 60% do vencimento, desde que tenham exercido o cargo, em efetividade de funções, durante cinco anos, seguidos ou interpolados.2. Os Deputados que tenham exercido o cargo, em efetividade de funções, durante dez anos, seguidos ou interpolados, têm direito a uma pensão mensal igual a 75% do vencimento.3. Os Deputados que tenham exercido o cargo, em efetividade de funções,



PARLAMENTO NACIONAL

República Democrática de Timor-Leste
SECRETARIADO-GERAL

DIREÇÃO DE APOIO PARLAMENTAR
DIVISÃO DE APOIO AO PLENÁRIO

LEI N.º 1/2007, DE 18 DE JANEIRO, PENSÃO MENSAL VITALÍCIA DOS DEPUTADOS E OUTRAS REGALIAS	PROJETO DE LEI N.º 9/III (4ª)
3. Não são consideradas as ajudas de custo ou outras regalias inerentes ao exercício das funções.	durante quinze anos ou mais, seguidos ou interpolados, têm direito a uma pensão mensal igual a 90% do vencimento. 4. O pagamento da pensão prevista nos números anteriores só é devido quando o Deputado completar 50 anos de idade. 5. Para efeitos de contagem de tempo de exercício de funções é considerado o tempo de exercício do mandato de Deputado à Assembleia Constituinte. 6. Para efeitos do cálculo do valor da pensão é considerado o valor do vencimento mensal não se incluindo abonos para despesas de representação, ajudas de custo e demais abonos complementares ou extraordinários previstos na lei. 7. O pagamento da pensão referida nos números anteriores depende de requerimento dirigido ao Presidente do Parlamento Nacional. 8. A pensão não é atribuída em caso de perda do mandato.
Artigo 2.º Transmissão do direito à pensão Em caso de morte do beneficiário da pensão mensal vitalícia conferida pelo artigo 1º, o respetivo montante transmite-se ao	Artigo 3.º Transmissão do direito à pensão 1. Em caso de morte do beneficiário da pensão mensal conferida pelo artigo 1.º, em exercício efetivo de funções ou ex-titular do cargo, o



PARLAMENTO NACIONAL

República Democrática de Timor-Leste
SECRETARIADO-GERAL

DIREÇÃO DE APOIO PARLAMENTAR
DIVISÃO DE APOIO AO PLENÁRIO

LEI N.º 1/2007, DE 18 DE JANEIRO, PENSÃO MENSAL VITALÍCIA DOS DEPUTADOS E OUTRAS REGALIAS	PROJETO DE LEI N.º 9/III (4ª)
cônjuge sobrevivente ou aos descendentes menores ou incapazes, ou aos ascendentes a seu cargo.	respetivo montante transmite-se ao cônjuge sobrevivente, ou aos filhos menores ou incapazes, ou aos ascendentes a seu cargo. 2. A pensão extingue-se caso o cônjuge sobrevivente volte a contrair matrimónio, bem como quando os respetivos beneficiários atingirem a maioridade, se tornarem capazes ou falecerem.
Artigo 3.º Suspensão da pensão 1 A pensão mensal vitalícia será imediatamente suspensa se o respetivo titular assumir, nomeadamente, uma das seguintes funções: a) Presidente da república; b) Membro do governo; c) Deputado; d) Magistrado judicial; e) Magistrado do ministério público; f) Provedor de direitos humanos e justiça; g) Embaixador; h) Gestor público ou dirigente de instituto público.	Artigo 4.º Não acumulação 1. A pensão prevista no artigo 2.º não é acumulável com: a) O vencimento auferido como contrapartida do exercício de funções como titular ou membro de órgão de soberania; b) Pensão atribuída aos ex-titulares e ex-membros de órgãos de soberania; c) Pensão atribuída ao abrigo do regime de segurança social na velhice, invalidez e morte para os trabalhadores do Estado. 2. Nos casos previstos no número anterior o beneficiário deve optar por um dos regimes. 3. O titular da pensão deve ainda exercer o direito de opção caso assuma, nomeadamente, uma das seguintes funções:



PARLAMENTO NACIONAL

República Democrática de Timor-Leste
SECRETARIADO-GERAL

DIREÇÃO DE APOIO PARLAMENTAR
DIVISÃO DE APOIO AO PLENÁRIO

LEI N.º 1/2007, DE 18 DE JANEIRO, PENSÃO MENSAL VITALÍCIA DOS DEPUTADOS E OUTRAS REGALIAS	PROJETO DE LEI N.º 9/III (4ª)
2. A pensão mensal vitalícia é ainda suspensa sempre que o respetivo titular assuma cargo público, pelo qual aufera remuneração igual ou superior ao montante da pensão auferida.	<ul style="list-style-type: none">a) Magistrado judicial;b) Magistrado do Ministério Público;c) Provedor dos Direitos Humanos e Justiça;d) Embaixador;e) Titular de órgão do poder local;f) Gestor Público;g) Titular de órgão de gestão ou órgão diretivo de pessoa coletiva pública;h) Administrador ou diretor indicado pelo Estado em sociedade comercial ou empresa pública;i) Pessoal nomeado nos gabinetes dos titulares e dos membros dos órgãos de soberania;j) Cargo público por designação de órgão de soberania;k) Funcionário ou agente integrado na administração direta ou indireta do Estado e pessoal contratado.
<p style="text-align: center;">Artigo 4.º Outras Regalias</p> <p>Os ex-titulares do cargo de deputado ao Parlamento Nacional com</p>	<p style="text-align: center;">Artigo 5.º Outros direitos</p> <p>1. Os ex-titulares do cargo de Deputado ao Parlamento Nacional com</p>



PARLAMENTO NACIONAL

República Democrática de Timor-Leste

SECRETARIADO-GERAL

DIREÇÃO DE APOIO PARLAMENTAR

DIVISÃO DE APOIO AO PLENÁRIO

LEI N.º 1/2007, DE 18 DE JANEIRO, PENSÃO MENSAL VITALÍCIA DOS DEPUTADOS E OUTRAS REGALIAS	PROJETO DE LEI N.º 9/III (4ª)
<p>direito à pensão-mensal vitalícia usufruem das seguintes regalias:</p> <ul style="list-style-type: none">a) Direito a assistência médica dentro e, sempre que for considerada necessária, fora do país, neste caso, com prévio parecer médico;b) Direito a importar uma viatura para uso pessoal, sem pagamento de taxas aduaneiras e outras imposições fiscais sobre as importações;c) Direito a importar todo o material necessário para a construção de uma residência privada, com isenção de taxas aduaneiras e outras imposições fiscais sobre as importações;d) Direito a livre-trânsito e a passaporte diplomático, incluindo cônjuge e descendentes a cargo, nas suas deslocações dentro e fora do país;e) Cartão de identidade de ex-deputado do parlamento nacional.	<p>direito à pensão mensal prevista no artigo 2.º têm direito a:</p> <ul style="list-style-type: none">a) Assistência médica dentro e, sempre que for considerada necessária, fora do país, neste caso, com prévio parecer médico;b) Direito a livre-trânsito e a passaporte diplomático, incluindo cônjuge e descendentes menores ou incapazes, nas suas deslocações, dentro e fora do país;c) Cartão de identidade de ex-deputado do Parlamento Nacional. <p>2. Sem prejuízo do disposto no n.º 4 do artigo 2.º, os ex-titulares do cargo de Deputado beneficiam dos direitos previstos no número anterior a partir do dia seguinte ao do termo do mandato.</p>



PARLAMENTO NACIONAL

República Democrática de Timor-Leste

SECRETARIADO-GERAL

DIREÇÃO DE APOIO PARLAMENTAR

DIVISÃO DE APOIO AO PLENÁRIO

LEI N.º 1/2007, DE 18 DE JANEIRO, PENSÃO MENSAL VITALÍCIA DOS DEPUTADOS E OUTRAS REGALIAS	PROJETO DE LEI N.º 9/III (4ª)
<p data-bbox="415 621 737 686">Artigo 5º Subsídio de reintegração</p> <ol data-bbox="176 695 975 906" style="list-style-type: none">1. Os deputados que não tenham exercido as suas funções por um período igual ou superior a 6 meses, mas inferior a 42 meses, tem direito a um subsídio de reintegração, equivalente a 100% do vencimento correspondente a um ano.2. O direito ao subsídio de reintegração tem efeito no dia imediato ao de cessação de exercício de funções.	<p data-bbox="1288 621 1610 686">Artigo 6º Subsídio de reintegração</p> <ol data-bbox="997 695 1893 1312" style="list-style-type: none">1. Os Deputados que tenham exercido o mandato por período inferior ao referido nos n.ºs 1 a 3 do artigo 2.º para efeitos de atribuição de pensão, têm direito a receber um subsídio de reintegração, desde que tenham exercido o mandato por um período igual ou superior a um ano.2. O subsídio previsto no número anterior equivale a 100% do vencimento mensal auferido à data do termo do mandato, correspondente a um ano.3. O direito ao subsídio de reintegração caduca no prazo de um ano a contar da data do termo do mandato ou antes do decurso deste prazo se o titular reassumir o cargo, assumir funções em diferente órgão de soberania ou passar a exercer alguma das funções previstas no artigo 4.º.4. Se, antes de decorrido o prazo de um ano após o termo do mandato, o titular reassumir o cargo, assumir funções em diferente órgão de soberania ou passar a exercer alguma das funções previstas no artigo 4.º, deve proceder à devolução do subsídio de reintegração.



PARLAMENTO NACIONAL

República Democrática de Timor-Leste

SECRETARIADO-GERAL

DIREÇÃO DE APOIO PARLAMENTAR

DIVISÃO DE APOIO AO PLENÁRIO

LEI N.º 1/2007, DE 18 DE JANEIRO, PENSÃO MENSAL VITALÍCIA DOS DEPUTADOS E OUTRAS REGALIAS	PROJETO DE LEI N.º 9/III (4ª)
	<p>5. O subsídio de reintegração pode ser requerido a partir do dia imediato ao do termo do mandato.</p> <p>6. Para efeitos de cálculo do subsídio de reintegração é considerado o valor do vencimento mensal não se incluindo abonos para despesas de representação, ajudas de custo e demais abonos complementares ou extraordinários previstos na lei.</p> <p>7. O subsídio de reintegração não é atribuído em caso de perda do mandato.»</p>
<p>Artigo 6.º Atualização</p> <p>A actualização das pensões e subsídios de reintegração efectua-se nos termos dos aumentos decorrentes do regime geral aplicável aos titulares de órgãos de soberania.</p>	<p>Artigo 7.º Atualização</p> <p>A pensão mensal é automaticamente atualizada nos termos da atualização do vencimento tomado como referência para o respetivo cálculo.</p>
	<p>Artigo 8.º Regime fiscal</p> <p>As pensões e os subsídios atribuídos ao abrigo da presente lei estão sujeito ao regime fiscal aplicável aos funcionários públicos.</p>



**PARLAMENTO
NACIONAL**

República Democrática de Timor-Leste

SECRETARIADO-GERAL

DIREÇÃO DE APOIO PARLAMENTAR

DIVISÃO DE APOIO AO PLENÁRIO

LEI N.º 1/2007, DE 18 DE JANEIRO, PENSÃO MENSAL VITALÍCIA DOS DEPUTADOS E OUTRAS REGALIAS	PROJETO DE LEI N.º 9/III (4ª)
	<p>Artigo 9.º Perda de direitos</p> <p>Os ex-deputados que beneficiem dos direitos previstos na presente lei e que sejam condenados pela prática de crimes contra a segurança do estado e contra a humanidade, perdem os respetivos direitos a contar da data do trânsito em julgado da decisão judicial condenatória.</p>



PARLAMENTO NACIONAL

República Democrática de Timor-Leste

SECRETARIADO-GERAL

DIREÇÃO DE APOIO PARLAMENTAR

DIVISÃO DE APOIO AO PLENÁRIO

ESTATUTO DOS DEPUTADOS	PROJETO DE LEI N.º 9/III (4ª)
ARTIGO NOVO	<p data-bbox="1390 553 1583 581">«Artigo 14.º-A</p> <p data-bbox="1340 589 1632 617">Registo de interesses</p> <p data-bbox="1038 630 1936 857">1. É criado no Parlamento Nacional um registo de interesses que consiste na inscrição, em documento próprio, de todas as atividades e factos suscetíveis de gerarem incompatibilidades, impedimentos ou conflitos de interesses com o exercício do mandato parlamentar e quaisquer atos que possam proporcionar proveitos financeiros, nos termos do modelo em anexo.</p> <p data-bbox="1038 865 1936 930">2. Do registo de interesses devem constar, designadamente, as seguintes informações:</p> <ul data-bbox="1090 943 1936 1403" style="list-style-type: none">a) Atividades públicas ou privadas exercidas, nelas se incluindo atividades comerciais ou empresariais e, bem assim, o exercício de profissão liberal;b) Desempenho de cargos sociais, ainda que a título gratuito;c) Apoios ou benefícios financeiros ou materiais recebidos para o exercício das atividades respetivas, designadamente de entidades estrangeiras;d) Entidades a quem sejam prestados serviços remunerados de qualquer natureza;e) Contas bancárias e outros ativos financeiros;f) Sociedades em cujo capital o titular participe, por si, pelo cônjuge não separado de pessoas e bens ou pelos filhos.



PARLAMENTO NACIONAL

República Democrática de Timor-Leste
SECRETARIADO-GERAL

DIREÇÃO DE APOIO PARLAMENTAR
DIVISÃO DE APOIO AO PLENÁRIO

ESTATUTO DOS DEPUTADOS	PROJETO DE LEI N.º 9/III (4ª)
	<ol style="list-style-type: none">3. O registo de interesses é depositado junto da Comissão Parlamentar responsável pelas questões relacionadas com o Estatuto dos Deputados, nos sessenta dias posteriores à tomada de posse.4. Os Deputados devem atualizar o respetivo registo de interesses com qualquer alteração que tenha influência na sua declaração inicial, no prazo de 30 dias a contar da sua ocorrência.5. Os Deputados devem apresentar, nos sessenta dias após a cessação do mandato, declaração da qual constem todos os cargos, funções e atividades profissionais exercidas, bem como quaisquer participações financeiras de que sejam detentores à data da cessação.6. Os Deputados devem apresentar, nos sessenta dias posteriores à tomada de posse, declaração de inexistência de incompatibilidades ou impedimentos, para efeitos do disposto nos artigos 13.º e 14.º, nos termos do modelo em anexo.7. Em caso de não apresentação do registo de interesses e da declaração prevista no número anterior, o Deputado é notificado para apresentar o documento em falta no prazo de quinze dias, sob pena de incorrer em declaração de perda do mandato.8. As declarações referidas nos números anteriores são depositadas junto da Comissão Parlamentar responsável pelas questões



PARLAMENTO NACIONAL

República Democrática de Timor-Leste

SECRETARIADO-GERAL

DIREÇÃO DE APOIO PARLAMENTAR

DIVISÃO DE APOIO AO PLENÁRIO

ESTATUTO DOS DEPUTADOS	PROJETO DE LEI N.º 9/III (4ª)
	relacionadas com o Estatuto dos Deputados. 9. O registo de interesses é público e pode ser consultado por quem demonstrar interesse legítimo, mediante requerimento dirigido ao Presidente da Comissão referida no número anterior.
<p style="text-align: center;">Artigo 17.º Outros direitos</p> <p>1 - O Deputado, desde que se encontre no exercício efectivo das suas funções, goza também dos seguintes direitos:</p> <ul style="list-style-type: none">a) Adiamento do serviço militar;b) Adiamento da mobilização civil;c) Livre trânsito, entendido como livre circulação em locais públicos de acesso condicionado, mediante exibição do cartão especial de identificação;d) Cartão especial de identificação, válido pelo período de mandato do Deputado; <p>2 - O Deputado tem direito a passaporte diplomático para efeito de deslocação oficial ao estrangeiro.</p> <ul style="list-style-type: none">a) O passaporte diplomático é atribuído por legislatura, devendo ser renovado em cada sessão legislativa;b) O passaporte diplomático deve ser devolvido ao Presidente do Parlamento Nacional finda a deslocação oficial ao estrangeiro e arquivado no processo	<p style="text-align: center;">«Artigo 17.º (...)»</p> <ul style="list-style-type: none">1. (...);2. (...);3. <i>Revogado.</i>



PARLAMENTO NACIONAL

República Democrática de Timor-Leste
SECRETARIADO-GERAL

DIREÇÃO DE APOIO PARLAMENTAR
DIVISÃO DE APOIO AO PLENÁRIO

ESTATUTO DOS DEPUTADOS	PROJETO DE LEI N.º 9/III (4ª)
<p>individual do Deputado aos serviços do Secretariado.</p> <p>c) A perda ou o extravio do passaporte diplomático devem ser comunicadas imediatamente ao Presidente do Parlamento Nacional.</p> <p>3 - Os Deputados que tenham exercido o cargo durante vinte e quatro meses consecutivos ou interpolados e que se encontrem em efectividade de funções têm direito à importação de um veículo automóvel de passageiros ligeiro ou misto por legislatura, livre de taxas de importação, designadamente direitos aduaneiros de importação, imposto selectivo de consumo, imposto de venda e demais imposições aduaneiras, sendo que:</p> <p>a) Para efeito de contagem de tempo do exercício do cargo é contado o tempo de exercício do mandato de Deputado à Assembleia Constituinte;</p> <p>b) Os veículos importados com as isenções previstas anteriormente não podem ser cedidos, doados, transmitidos ou onerados nos três anos seguintes após a sua importação definitiva;</p> <p>c) A violação do disposto na alínea anterior implica o pagamento das taxas de importação devidas no momento da importação definitiva do veículo</p>	



PARLAMENTO NACIONAL

República Democrática de Timor-Leste
SECRETARIADO-GERAL

DIREÇÃO DE APOIO PARLAMENTAR
DIVISÃO DE APOIO AO PLENÁRIO

ESTATUTO DOS DEPUTADOS	PROJETO DE LEI N.º 9/III (4ª)
<p>automóvel, devendo-se efectuar posteriormente um desconto correspondente ao uso pelo seu proprietário de acordo com a seguinte tabela:</p> <p>VEÍCULOS AUTOMÓVEIS/ Percentagem</p> <p>Redução</p> <p>Menos de um ano.....10%</p> <p>Com mais de um ano e até dois anos..... 30%</p> <p>Com mais de dois anos e até três anos..... 40%</p>	
<p>Artigo 22.º</p> <p>Pensão mensal vitalícia</p> <p>Para os efeitos da presente lei, a pensão mensal vitalícia será regulada por lei especial.</p>	<p>Artigo 22.º</p> <p>Pensão e subsídio de reintegração</p> <ol style="list-style-type: none">1. Os Deputados têm direito a uma pensão mensal ou a um subsídio de reintegração após o termo do mandato.2. A pensão e o subsídio de reintegração não são atribuídos em caso de perda do mandato.3. A atribuição da pensão e do subsídio de reintegração é regulada em lei própria.»



PARLAMENTO NACIONAL

República Democrática de Timor-Leste

SECRETARIADO-GERAL

DIREÇÃO DE APOIO PARLAMENTAR

DIVISÃO DE APOIO AO PLENÁRIO

Lei n.º 7/2007, de 25 de julho – Estatuto dos Titulares dos Órgãos de Soberania	PROJETO DE LEI N.º 9/III (4ª)
<p style="text-align: center;">Artigo 10.º Vencimento e outras regalias</p> <ol style="list-style-type: none">1. Os titulares e membros de órgãos de soberania têm direito ao vencimento mensal, abonos para despesas de representação, ajudas de custo e demais abonos complementares ou extraordinários previstos na lei.2. Nenhum titular, membro de órgão de soberania, funcionário público ou funcionários das outras entidades públicas pode ter um vencimento superior ao do Presidente da República.3. Os vencimentos dos titulares dos órgãos de soberania são actualizados nos mesmos termos em que o sejam para os membros do Governo, no caso do Presidente da República e do Primeiro-Ministro, e nos termos das actualizações dos vencimentos dos deputados, no caso do Presidente do Parlamento Nacional.4. Os titulares e os membros de órgãos de soberania têm direito, além dos vencimentos previstos no número 1:<ol style="list-style-type: none">a) A um período anual de férias de trinta dias acumuláveis sucessivamente se não puderem ser gozadas por	<p style="text-align: center;">«Artigo 10.º Vencimento e outros direitos</p> <ol style="list-style-type: none">1. (...);2. (...);3. (...);4. (...);<ol style="list-style-type: none">a) (...);b) (...);c) (...);d) (...);e) (...);f) A passaporte diplomático, incluindo cônjuge e descendentes menores ou incapazes;g) (...).



PARLAMENTO NACIONAL

República Democrática de Timor-Leste
SECRETARIADO-GERAL

DIREÇÃO DE APOIO PARLAMENTAR
DIVISÃO DE APOIO AO PLENÁRIO

Lei n.º 7/2007, de 25 de julho - Estatuto dos Titulares dos Órgãos de Soberania	PROJETO DE LEI N.º 9/III (4ª)
<p>conveniência de serviço, no ano civil em que se vençam, ou ao pagamento da correspondente remuneração no caso de o respectivo direito não ter sido efectivado até ao momento de cessação de funções;</p> <p>b) A assistência médica, medicamentosa, cirúrgica e hospitalar na classe mais favorável, para si e seu agregado familiar;</p> <p>d) Aos benefícios sociais previstos para os funcionários públicos;</p> <p>e) A cartão de livre-trânsito, considerado como livre circulação no exercício das suas funções ou por causa delas, em locais públicos de acesso condicionado;</p> <p>f) Nas suas deslocações oficiais fora de Díli, no país ou ao estrangeiro, a ajudas de custo fixadas na lei;</p> <p>g) A passaporte diplomático, incluindo cônjuge e descendentes;</p> <p>h) A seguro de vida e de bagagem quando se desloquem em serviço.</p>	



PARLAMENTO NACIONAL

República Democrática de Timor-Leste

SECRETARIADO-GERAL

DIREÇÃO DE APOIO PARLAMENTAR

DIVISÃO DE APOIO AO PLENÁRIO

Lei n.º 7/2007, de 25 de julho - Estatuto dos Titulares dos Órgãos de Soberania	PROJETO DE LEI N.º 9/III (4ª)
ARTIGO NOVO	Artigo 15.º-A Pensão de ex-titular do cargo de Presidente da República 1. Os ex-titulares do cargo de Presidente da República têm direito a uma pensão mensal igual a 100% do respetivo vencimento, após o termo do mandato. 2. O direito à pensão adquire-se no dia imediato à cessação de funções.
Artigo 16.º Pensão mensal vitalícia 1. Os ex-titulares do cargo de Presidente da República, Presidente do Parlamento Nacional, Primeiro-Ministro e Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, têm direito a uma pensão mensal vitalícia igual a 100% do vencimento. 2. O direito à pensão referida no número anterior adquire-se no dia imediato à cessação de funções.	Artigo 16.º Pensão de ex-titulares 1. Os ex-titulares do cargo de Presidente do Parlamento Nacional e Primeiro-Ministro têm direito a uma pensão mensal igual a 90% do respetivo vencimento, após o termo do mandato, exercido por um período de cinco anos, seguidos ou interpolados. 2. Os ex-titulares do cargo de Presidente do Supremo Tribunal de Justiça têm direito a uma pensão mensal igual a 90% do respetivo vencimento, após o termo do mandato, exercido por um período de quatro anos, seguidos ou interpolados. 3. O direito à pensão referida nos números anteriores adquire-se no dia imediato à cessação de funções.



PARLAMENTO NACIONAL

República Democrática de Timor-Leste
SECRETARIADO-GERAL

DIREÇÃO DE APOIO PARLAMENTAR
DIVISÃO DE APOIO AO PLENÁRIO

Lei n.º 7/2007, de 25 de julho – Estatuto dos Titulares dos Órgãos de Soberania	PROJETO DE LEI N.º 9/III (4ª)
<p>Artigo 17.º Morte do beneficiário</p> <p>Em caso de morte de alguma das pessoas referidas no artigo anterior, em exercício de funções ou ex-titular do cargo, os respetivos cônjuge sobrevivente enquanto viúvo, filhos menores ou incapazes e ascendentes que se incluam no agregado familiar têm direito, em conjunto, a uma pensão mensal de valor igual a 75% da pensão a que o ex-titular em causa teria direito.</p>	<p>Artigo 17.º Morte do beneficiário da pensão</p> <p>Em caso de morte dos titulares dos órgãos de soberania referidos nos artigos anteriores, em exercício de funções ou ex-titulares do cargo, os respetivos cônjuge sobrevivente enquanto viúvo, filhos menores ou incapazes e ascendentes que se incluam no agregado familiar têm direito, em conjunto, a uma pensão mensal de valor igual a 75% da pensão a que o ex-titular em causa teria direito.</p>
<p>Artigo 18.º Outras regalias</p> <p>1. Quando as funções tenham sido exercidas pelo tempo correspondente a, pelo menos, quarenta e dois meses, os ex-titulares dos órgãos de soberania usufruem ainda das seguintes regalias suportadas pelo Estado:</p> <ul style="list-style-type: none">a) Residência condigna;b) Automóvel do Estado, para o seu serviço pessoal, com condutor e combustível;c) Direito a proteção pessoal e residencial;d) Direito a dispor de um gabinete de trabalho, com	<p>Artigo 18.º Outros direitos</p> <p>1. Os ex-titulares do cargo de Presidente da República que tenham exercido o cargo pelo tempo correspondente a um mandato, usufruem ainda dos seguintes direitos:</p> <ul style="list-style-type: none">a) (...);b) (...);c) (...);d) (...);e) (...);f) (...);



PARLAMENTO NACIONAL

República Democrática de Timor-Leste

SECRETARIADO-GERAL

DIREÇÃO DE APOIO PARLAMENTAR

DIVISÃO DE APOIO AO PLENÁRIO

Lei n.º 7/2007, de 25 de julho – Estatuto dos Titulares dos Órgãos de Soberania	PROJETO DE LEI N.º 9/III (4ª)
<p>dois telefones, internet, telemóvel, secretária pessoal e um assessor, destacados a seu pedido em regime de requisição de entre funcionários e outros agentes do Estado;</p> <p>e) Direito a ajudas de custo nos termos da lei aplicável às deslocações do Presidente da República, Presidente do Parlamento Nacional e Primeiro-Ministro, sempre que tenham de deslocar-se no desempenho de missões oficiais para fora da área de sua residência habitual, num período não superior a quinze dias;</p> <p>f) f) Uma viagem internacional anual, com dois acompanhantes, em classe adequada às funções de que foi titular;</p> <p>g) Direito a livre trânsito, a passaporte diplomático para si, cônjuge e descendentes menores ou incapazes, nas deslocações dentro ou fora do país;</p> <p>h) Direito a assistência médica dentro e, sempre que for considerada necessária, fora do país, neste caso, com prévio parecer médico;</p> <p>i) Direito a importar uma viatura para uso pessoal, em</p>	<p>g) Direito a livre trânsito, a passaporte diplomático para si, cônjuge e descendentes menores ou incapazes, nas deslocações dentro ou fora do país;</p> <p>h) (...);</p> <p>i) <i>(Revogado)</i>;</p> <p>j) (...).</p> <p>2. Aos ex-titulares do cargo de Presidente do Parlamento Nacional, Primeiro-Ministro e Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, que tenham exercido o cargo pelo período de tempo previsto no artigo 16.º, é aplicável o disposto no número anterior.</p>



**PARLAMENTO
NACIONAL**

República Democrática de Timor-Leste

SECRETARIADO-GERAL

DIREÇÃO DE APOIO PARLAMENTAR

DIVISÃO DE APOIO AO PLENÁRIO

Lei n.º 7/2007, de 25 de julho - Estatuto dos Titulares dos Órgãos de Soberania	PROJETO DE LEI N.º 9/III (4ª)
<p>cada cinco anos, e de todo o material necessário para construir e mobilar uma residência privada sem pagamento de taxas aduaneiras ou outros impostos;</p> <p>j) A si e à sua família, direito a lugar de honra, nas cerimónias oficiais de Estado.</p>	
<p>Artigo 19.º Pensão parcial</p> <p>Aos ex-titulares dos cargos referidos no n.º 2 do artigo 1º que não completem o período de quarenta e dois meses no exercício de funções, será atribuída uma pensão calculada proporcionalmente ao tempo de exercício efetivo do cargo, e as regalias previstas nas alíneas g) a i) do artigo anterior.</p>	<p>Artigo 19.º (...)</p> <ol style="list-style-type: none">1. Aos ex-titulares do cargo de Presidente da República que não completem o mandato, será atribuída uma pensão calculada proporcionalmente ao tempo de exercício efetivo do cargo, e os direitos previstos nas alíneas g) a j) do artigo 18.º.2. Aos ex-titulares dos cargos de Presidente do Parlamento Nacional e Primeiro-Ministro que não completem o período da Legislatura, será atribuída uma pensão calculada proporcionalmente ao tempo de exercício efetivo do cargo, e os direitos previstos nas alíneas g) a j) do artigo 18.º, desde que o tenham exercido pelo menos durante um ano.3. Aos ex-titulares do cargo de Presidente do Supremo Tribunal de Justiça que não completem o mandato, será atribuída uma pensão calculada proporcionalmente ao tempo de exercício efetivo do



PARLAMENTO NACIONAL

República Democrática de Timor-Leste

SECRETARIADO-GERAL

DIREÇÃO DE APOIO PARLAMENTAR

DIVISÃO DE APOIO AO PLENÁRIO

Lei n.º 7/2007, de 25 de julho – Estatuto dos Titulares dos Órgãos de Soberania	PROJETO DE LEI N.º 9/III (4ª)
	cargo, e os direitos previstos nas alíneas g) a j) do artigo 18.º, desde que o tenham exercido pelo menos durante um ano.
ARTIGO NOVO	Artigo 19.º-A Subsídio de reintegração Aos ex-titulares dos cargos de Presidente do Parlamento Nacional, Primeiro-Ministro e Presidente do Supremo Tribunal de Justiça que exerçam o cargo por um período inferior a um ano, será atribuído um subsídio de reintegração equivalente a 100% do vencimento mensal auferido à data do termo do mandato, correspondente a um ano, bem como os direitos previstos nas alíneas g) a j) do artigo 18.º.
Artigo 31.º Pensão Mensal Vitalícia 1. Os membros do Governo têm direito a uma pensão mensal vitalícia no montante de 100% do vencimento do cargo desempenhado por período mínimo de quarenta e dois meses, seguidos ou interpolados. 2. O direito à pensão referida no número anterior adquire-se no dia imediato à data da cessação de funções. 3. As pessoas referidas no nº 1 têm também direito às regalias previstas nas alíneas g) a i) do artigo 18.º.	Artigo 31.º Pensão 1. Os membros do Governo que tenham exercido o cargo durante cinco anos, consecutivos ou interpolados, têm direito a uma pensão mensal igual a 60% do vencimento, após o termo do mandato. 2. Os membros do Governo que tenham exercido o cargo durante dez ou mais anos, seguidos ou interpolados, têm direito a uma pensão mensal correspondente a 75% do vencimento. 3. Os membros do Governo que tenham exercido o cargo durante quinze anos ou mais, seguidos ou interpolados, têm direito a uma



PARLAMENTO NACIONAL

República Democrática de Timor-Leste

SECRETARIADO-GERAL

DIREÇÃO DE APOIO PARLAMENTAR

DIVISÃO DE APOIO AO PLENÁRIO

Lei n.º 7/2007, de 25 de julho – Estatuto dos Titulares dos Órgãos de Soberania	PROJETO DE LEI N.º 9/III (4ª)
	<p>pensão mensal igual a 90% do vencimento.</p> <p>4. Para efeitos do cálculo do valor da pensão é considerado o valor do vencimento mensal não se incluindo abonos para despesas de representação, ajudas de custo e demais abonos complementares ou extraordinários previstos na lei.</p> <p>5. O pagamento da pensão prevista nos números anteriores só é devido quando o ex-titular completar cinquenta anos de idade.</p> <p>6. Os membros do Governo com direito a pensão mensal beneficiam ainda dos direitos previstos nas alíneas g) e h) do artigo 18.º, com efeitos a partir do dia seguinte ao do termo do mandato.</p>
<p>Artigo 32.º Suspensão</p> <p>A pensão referida no número anterior suspende-se no momento em que o beneficiário passar a desempenhar funções como membro de qualquer órgão de soberania ou na administração directa ou indirecta do Estado e sempre que o somatório dos rendimentos auferidos nas novas funções seja mais vantajoso.</p>	<p>Artigo 32.º Não acumulação</p> <p>1. A pensão prevista no artigo 31.º não é acumulável com:</p> <ul style="list-style-type: none">a) O vencimento auferido como contrapartida do exercício de funções como titular ou membro de órgão de soberania;b) Pensão atribuída aos ex-titulares e ex-membros de órgãos de soberania;c) Pensão atribuída ao abrigo do regime de segurança social na velhice, invalidez e morte para os trabalhadores do Estado. <p>2. Nos casos previstos no número anterior o beneficiário deve optar</p>



PARLAMENTO NACIONAL

República Democrática de Timor-Leste

SECRETARIADO-GERAL

DIREÇÃO DE APOIO PARLAMENTAR

DIVISÃO DE APOIO AO PLENÁRIO

Lei n.º 7/2007, de 25 de julho – Estatuto dos Titulares dos Órgãos de Soberania	PROJETO DE LEI N.º 9/III (4ª)
	<p>por um dos regimes.</p> <p>3. O titular da pensão deve ainda exercer o direito de opção caso assuma, nomeadamente, uma das seguintes funções:</p> <ul style="list-style-type: none">a) Magistrado judicial;b) Magistrado do Ministério Público;c) Provedor dos Direitos Humanos e Justiça;d) Embaixador;e) Titular de órgão do poder local;f) Gestor público;g) Titular de órgão de gestão ou órgão diretivo de pessoa coletiva pública;h) Administrador ou diretor indicado pelo Estado em sociedade comercial ou empresa pública;i) Pessoal nomeado nos gabinetes dos titulares e dos membros dos órgãos de soberania;j) Cargo público por designação de órgão de soberania;k) Funcionário ou agente integrado na administração direta ou indireta do Estado e pessoal contratado.



**PARLAMENTO
NACIONAL**

República Democrática de Timor-Leste
SECRETARIADO-GERAL

DIREÇÃO DE APOIO PARLAMENTAR
DIVISÃO DE APOIO AO PLENÁRIO

Lei n.º 7/2007, de 25 de julho – Estatuto dos Titulares dos Órgãos de Soberania	PROJETO DE LEI N.º 9/III (4ª)
<p>Artigo 33.º Subsídio de reintegração</p> <p>1. Os membros do governo que tenham exercido pelo menos seis, mas inferior a quarenta e dois meses, têm direito no final do seu mandato a um subsídio de reintegração, equivalente a 100% do vencimento correspondente a um ano.</p> <p>2. O direito a este subsídio adquire-se no dia imediato ao da cessação de funções.</p>	<p>Artigo 33.º (...)</p> <p>1. Os membros do Governo que tenham exercido o mandato por período inferior ao referido no artigo 31.º para efeitos de atribuição de pensão, têm direito a receber, após o termo do mandato, um subsídio de reintegração, desde que tenham exercido o mandato por um período igual ou superior a um ano.</p> <p>2. O subsídio previsto no número anterior equivale a 100% do vencimento mensal auferido à data do termo do mandato, correspondente a um ano.</p> <p>3. Para efeitos de cálculo do subsídio de reintegração é considerado o valor do vencimento mensal não se incluindo abonos para despesas de representação, ajudas de custo e demais abonos complementares ou extraordinários previstos na lei.</p> <p>4. O subsídio de reintegração pode ser requerido a partir do dia imediato ao do termo do mandato.</p>
<p>Artigo 34.º Extinção</p> <p>O direito ao subsídio de reintegração previsto no artigo 10º cessa passado um ano ou antes desse prazo se o titular passar</p>	<p>Artigo 34.º Caducidade</p> <p>1. O direito ao subsídio de reintegração caduca no prazo de um ano a contar da data do termo do mandato ou antes do decurso deste</p>



PARLAMENTO NACIONAL

República Democrática de Timor-Leste

SECRETARIADO-GERAL

DIREÇÃO DE APOIO PARLAMENTAR

DIVISÃO DE APOIO AO PLENÁRIO

Lei n.º 7/2007, de 25 de julho – Estatuto dos Titulares dos Órgãos de Soberania	PROJETO DE LEI N.º 9/III (4ª)
<p>a exercer uma das seguintes funções:</p> <ul style="list-style-type: none">a) Procurador-Geral da República;b) Provedor dos Direitos Humanos e Justiça;c) Inspector-geral do Estado;d) Embaixador;e) Gestor de Empresa Pública ou equiparado;f) Presidente e vogal de direcção em Instituto Público ou equiparado;g) Administrador e director indicado pelo Estado em sociedade comercial ou empresa pública.	<p>prazo se o titular reassumir o cargo, assumir funções em diferente órgão de soberania ou passar a exercer alguma das funções previstas no artigo 32.º.</p> <p>2. Se, antes de decorrido um ano após o termo do mandato, o titular reassumir o cargo, assumir funções em diferente órgão de soberania ou passar a exercer alguma das funções previstas no artigo 32.º, deve proceder à devolução do subsídio de reintegração.</p>

12/5-16

→ ~~Idemito~~,
e Baixa
d Comissão
Eventual
12/5-16

Entrada na Mes.
Data 25/5/16
Hora 11h30
...Presidente...



PARLAMENTO
NACIONAL
República Democrática de Timor-Leste

ANUNCIADO

O Presidente

PJL N.º 9/III (4ª)

Projeto de Lei n.º /III (4ª)

Aprova a Lei sobre Pensão dos Deputados, e procede à Primeira Alteração à Lei n.º 5/2004, de 5 de maio, sobre Estatuto dos Deputados e à Primeira Alteração à Lei n.º 7/2007, de 25 de julho, sobre Estatuto dos Titulares dos Órgãos de Soberania

Exposição de Motivos

A Lei n.º 1/2007, de 18 de janeiro, e a Lei n.º 7/2007, de 25 de julho, regulam, respetivamente, o Regime da Pensão Mensal Vitalícia dos Deputados e Outras Regalias e o Estatuto dos Titulares dos Órgãos de Soberania. Ambos os diplomas, o primeiro relativamente aos Deputados, e o segundo relativamente aos titulares dos quatro órgãos de soberania e aos membros do Governo, estabelecem medidas que visam conferir-lhes apoio após o termo do respetivo mandato e a cessação de funções públicas ao serviço do Estado.

Neste quadro, a concessão do direito à pensão configura-se como uma medida de proteção social do ex-titular inerente à dignidade do cargo exercido e à relevância do serviço prestado ao país.

Para além da pensão, a lei atribui aos ex-titulares outros benefícios que expressam o reconhecimento pelo serviço prestado e pela importância do papel que, após a cessação, se espera que continuem a desempenhar na sociedade, contribuindo para o desenvolvimento do país.

Sem prejuízo dos princípios assim estabelecidos que presidiram à elaboração dos diplomas referidos, volvidos que são nove anos desde a sua aprovação, a evolução social e a necessidade de reduzir o impacto financeiro para o Estado, resultante dos custos associados à atribuição de pensão e outros apoios, impõem uma revisão do regime atual.

Acresce que, aos regimes jurídicos aprovados em 2007, estava subjacente o princípio segundo o qual o Estado deveria assegurar uma proteção reforçada para os primeiros titulares dos órgãos de soberania, pela importância e exigência das funções que assumiram após a restauração da independência.

Nesse sentido, e sem ignorar o princípio basilar de proteção social após o fim do mandato, inerente à dignidade do cargo assumido, as alterações propostas visam a introdução de novos requisitos para a atribuição da pensão e de outros benefícios, mais adequados à dignidade que deve distinguir o exercício de funções dos órgãos de soberania, adequando-se o estatuto dos órgãos de soberania à realidade atual, e reduzindo-se consequentemente a carga orçamental associada.

Propõe-se, assim, que o valor da pensão a conceder aos Deputados e membros do Governo seja reduzido, passando o respetivo montante a depender do número de anos de exercício de funções, e a pensão atribuída apenas quando o titular atingir cinquenta anos de idade.

Relativamente às agora denominadas regalias, é revogada a importação de viaturas e de materiais para construção de habitação, durante o exercício do mandato e após o seu termo, prevendo-se os direitos reconhecidos aos ex-titulares após o fim do respetivo mandato.

Em cumprimento do princípio fundamental de que um titular só pode beneficiar de uma prestação atribuída pelo Estado, estabelece-se claramente o princípio de não acumulação do recebimento de pensão com qualquer

Handwritten signature



**PARLAMENTO
NACIONAL**
República Democrática de Timor-Leste

outro rendimento proveniente do Estado, prevendo-se o direito de opção por um dos regimes de que o titular beneficie.

Relativamente aos ex-titulares dos órgãos de soberania, propõe-se que o valor da pensão a conceder aos titulares dos cargos de Presidente do Parlamento Nacional, Primeiro-Ministro e Presidente do Supremo Tribunal de Justiça seja reduzido, estabelecendo-se um período mínimo de exercício do mandato para a sua atribuição.

De igual modo, passa a exigir-se que o ex-titular complete o mandato na totalidade para a atribuição da pensão integral e para concessão de outros direitos previstos na lei. Revoga-se também, tal como para os Deputados e membros do Governo, o direito à importação de viaturas e de materiais para construção de habitação.

As alterações propostas não se aplicam aos titulares que até ao fim do mandato em exercício preencham os requisitos previstos na lei agora alterada, bem como aos ex-titulares que ainda não tenham requerido os direitos previstos na lei.

Através do presente diploma introduzem-se ainda, pela primeira vez desde a sua aprovação, alterações ao Estatuto dos Deputados, aprovado pela Lei n.º 5/2014, de 5 de maio. Assim, e com vista a harmonizar o regime jurídico aplicável a todos os órgãos de soberania, sem prejuízo das especificidades próprias de cada órgão e função, passa a determinar-se no Estatuto dos Deputados a existência de um registo de interesses no Parlamento Nacional, aplicável aos Deputados, em moldes idênticos aos atualmente previstos para os demais órgãos de soberania.

Ainda no Estatuto dos Deputados, altera-se o artigo relativo à pensão mensal vitalícia, dando-lhe uma redação mais clara acerca dos direitos atribuídos aos Deputados após o termo do respetivo mandato, expurgando-o do adjetivo "vitalícia", que nada acrescenta à natureza e finalidades subjacentes à pensão.

Considerando as alterações profundas ao regime consagrado na Lei n.º 1/2007, de 18 de janeiro, revoga-se esta lei, passando o regime jurídico da pensão a atribuir aos Deputados, em cumprimento do disposto no Estatuto dos Deputados, a ser regulado pelo presente diploma, denominado Lei sobre Pensão dos Deputados.

Tendo em conta as alterações significativas introduzidas no Estatuto dos Titulares dos Órgãos de Soberania, procede-se à republicação da Lei n.º 7/2007, de 25 de julho.

Nestes termos, ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 97.º da Constituição da República Democrática de Timor-Leste, os Deputados abaixo assinados apresentam o seguinte projeto de lei:

Preâmbulo

A Lei n.º 1/2007, de 18 de janeiro, e a Lei n.º 7/2007, de 25 de julho regulam, respetivamente, o Regime da Pensão Mensal Vitalícia dos Deputados e Outras Regalias e o Estatuto dos Titulares dos Órgãos de Soberania. Ambos os diplomas, o primeiro relativamente aos Deputados, e o segundo relativamente aos titulares dos quatro órgãos de soberania e aos membros do Governo, estabelecem medidas que visam conferir-lhes apoio após o termo do respetivo mandato e a cessação de funções públicas ao serviço do Estado.

Para além da pensão, a lei atribui aos ex-titulares outros benefícios que expressam o reconhecimento pelo serviço prestado e pela importância do papel que, após a cessação, se espera que continuem a desempenhar na sociedade, contribuindo para o desenvolvimento do Estado.

Handwritten signature



**PARLAMENTO
NACIONAL**
República Democrática de Timor-Leste

Tendo em conta a necessidade de adequar o estatuto dos órgãos de soberania à realidade atual, e a necessidade de reduzir o impacto financeiro para o Estado resultante dos custos associados à atribuição de pensão e outros apoios, impõe-se uma revisão do regime vigente.

Nesse sentido, e sem ignorar o princípio basilar de proteção social após o fim do mandato, inerente à dignidade do cargo assumido, a presente lei introduz novos requisitos para a atribuição da pensão e de outros benefícios, mais adequados à dignidade que deve distinguir o exercício de funções dos órgãos de soberania, reduzindo-se consequentemente a carga orçamental associada.

De igual modo, com vista a harmonizar o regime jurídico aplicável a todos os órgãos de soberania, sem prejuízo das especificidades próprias de cada órgão e função, a presente lei introduz uma importante alteração ao Estatuto dos Deputados, passando a prever um registo de interesses no Parlamento Nacional, aplicável aos Deputados, em moldes idênticos aos atualmente previstos para os demais órgãos de soberania.

As alterações propostas não se aplicam aos titulares que até ao fim do mandato em exercício preencham os requisitos previstos nos diplomas agora alterados, bem como aos ex-titulares que ainda não tenham requerido os direitos previstos na lei.

Considerando as alterações profundas ao regime consagrado na Lei n.º 1/2007, de 18 de janeiro, revoga-se esta lei, passando o regime jurídico da pensão a atribuir aos Deputados, em cumprimento do disposto no Estatuto dos Deputados, a ser regulado pelo presente diploma, denominado Lei sobre Pensão dos Deputados.

Tendo em conta as alterações significativas introduzidas no Estatuto dos Titulares dos Órgãos de Soberania, procede-se à republicação da Lei n.º 7/2007, de 25 de julho.

Assim,

O Parlamento Nacional decreta, nos termos do artigo 92.º e das alíneas j) e k) do n.º 2 do artigo 95.º da Constituição da República, para valer como lei, o seguinte:

CAPÍTULO I

Disposições gerais

Artigo 1.º

Objeto

A presente lei aprova a Lei sobre Pensão dos Deputados, e procede à Primeira Alteração à Lei n.º 5/2004, de 5 de maio, Sobre Estatuto dos Deputados e à Primeira Alteração à Lei n.º 7/2007, de 25 de Julho, sobre Estatuto dos Titulares dos Órgãos de Soberania.

CAPÍTULO II

Pensão e outros direitos

Handwritten signature



**PARLAMENTO
NACIONAL**
República Democrática de Timor-Leste

Artigo 2.º

Pensão

1. Os Deputados têm direito, após o termo do mandato, a uma pensão mensal igual a 60% do vencimento, desde que tenham exercido o cargo, em efetividade de funções, durante cinco anos, seguidos ou interpolados.
2. Os Deputados que tenham exercido o cargo, em efetividade de funções, durante dez anos, seguidos ou interpolados, têm direito a uma pensão mensal igual a 75% do vencimento.
3. Os Deputados que tenham exercido o cargo, em efetividade de funções, durante quinze anos ou mais, seguidos ou interpolados, têm direito a uma pensão mensal igual a 90% do vencimento.
4. O pagamento da pensão prevista nos números anteriores só é devido quando o Deputado completar 50 anos de idade.
5. Para efeitos de contagem de tempo de exercício de funções é considerado o tempo de exercício do mandato de Deputado à Assembleia Constituinte.
6. Para efeitos do cálculo do valor da pensão é considerado o valor do vencimento mensal não se incluindo abonos para despesas de representação, ajudas de custo e demais abonos complementares ou extraordinários previstos na lei.
7. O pagamento da pensão referida nos números anteriores depende de requerimento dirigido ao Presidente do Parlamento Nacional.
8. A pensão não é atribuída em caso de perda do mandato.

Artigo 3.º

Transmissão do direito à pensão

1. Em caso de morte do beneficiário da pensão mensal conferida pelo artigo 1.º, em exercício efetivo de funções ou ex-titular do cargo, o respetivo montante transmite-se ao cônjuge sobrevivente, ou aos filhos menores ou incapazes, ou aos ascendentes a seu cargo.
2. A pensão extingue-se caso o cônjuge sobrevivente volte a contrair matrimónio, bem como quando os respetivos beneficiários atingirem a maioridade, se tornarem capazes ou falecerem.

Artigo 4.º

Não acumulação

1. A pensão prevista no artigo 2.º não é acumulável com:
 - a) O vencimento auferido como contrapartida do exercício de funções como titular ou membro de órgão de soberania;
 - b) Pensão atribuída aos ex-titulares e ex-membros de órgãos de soberania;
 - c) Pensão atribuída ao abrigo do regime de segurança social na velhice, invalidez e morte para os trabalhadores do Estado.
2. Nos casos previstos no número anterior o beneficiário deve optar por um dos regimes.
3. O titular da pensão deve ainda exercer o direito de opção caso assumida, nomeadamente, uma das seguintes funções:

meio



**PARLAMENTO
NACIONAL**
República Democrática de Timor-Leste

- a) Magistrado judicial;
- b) Magistrado do Ministério Público;
- c) Provedor dos Direitos Humanos e Justiça;
- d) Embaixador;
- e) Titular de órgão do poder local;
- f) Gestor Público;
- g) Titular de órgão de gestão ou órgão diretivo de pessoa coletiva pública;
- h) Administrador ou diretor indicado pelo Estado em sociedade comercial ou empresa pública;
- i) Pessoal nomeado nos gabinetes dos titulares e dos membros dos órgãos de soberania;
- j) Cargo público por designação de órgão de soberania;
- k) Funcionário ou agente integrado na administração direta ou indireta do Estado e pessoal contratado.

Artigo 5.º

Outros direitos

- 1. Os ex-titulares do cargo de Deputado ao Parlamento Nacional com direito à pensão mensal prevista no artigo 2.º têm direito a:
 - a) Assistência médica dentro e, sempre que for considerada necessária, fora do país, neste caso, com prévio parecer médico;
 - b) Direito a livre trânsito e a passaporte diplomático, incluindo cônjuge e descendentes menores ou incapazes, nas suas deslocações, dentro e fora do país;
 - c) Cartão de identidade de ex-deputado do Parlamento Nacional.
- 2. Sem prejuízo do disposto no n.º 4 do artigo 2.º, os ex-titulares do cargo de Deputado beneficiam dos direitos previstos no número anterior a partir do dia seguinte ao do termo do mandato.

Artigo 6.º

Subsídio de reintegração

- 1. Os Deputados que tenham exercido o mandato por período inferior ao referido nos n.ºs 1 a 3 do artigo 2.º para efeitos de atribuição de pensão, têm direito a receber um subsídio de reintegração, desde que tenham exercido o mandato por um período igual ou superior a um ano.
- 2. O subsídio previsto no número anterior equivale a 100% do vencimento mensal auferido à data do termo do mandato, correspondente a um ano.
- 3. O direito ao subsídio de reintegração caduca no prazo de um ano a contar da data do termo do mandato ou antes do decurso deste prazo se o titular reassumir o cargo, assumir funções em diferente órgão de soberania ou passar a exercer alguma das funções previstas no artigo 4.º.
- 4. Se, antes de decorrido o prazo de um ano após o termo do mandato, o titular reassumir o cargo, assumir funções em diferente órgão de soberania ou passar a exercer alguma das funções previstas no artigo 4.º, deve proceder à devolução do subsídio de reintegração.
- 5. O subsídio de reintegração pode ser requerido a partir do dia imediato ao do termo do mandato.

Meals



**PARLAMENTO
NACIONAL**
República Democrática de Timor-Leste

6. Para efeitos de cálculo do subsídio de reintegração é considerado o valor do vencimento mensal não se incluindo abonos para despesas de representação, ajudas de custo e demais abonos complementares ou extraordinários previstos na lei.
7. O subsídio de reintegração não é atribuído em caso de perda do mandato.

Artigo 7.º

Atualização

A pensão mensal é automaticamente atualizada nos termos da atualização do vencimento tomado como referência para o respetivo cálculo.

Artigo 8.º

Regime fiscal

As pensões e os subsídios atribuídos ao abrigo da presente lei estão sujeitos ao regime fiscal aplicável aos funcionários públicos.

Artigo 9.º

Perda de direitos

Os ex-deputados que beneficiem dos direitos previstos na presente lei e que sejam condenados pela prática de crimes contra a segurança do estado e contra a humanidade, perdem os respetivos direitos a contar da data do trânsito em julgado da decisão judicial condenatória.

CAPÍTULO III

Alterações legislativas

Artigo 10.º

Alteração à Lei n.º 5/2004, de 5 de maio

Os artigos 17.º e 22.º da Lei n.º 5/2004, de 5 de maio, passam a ter a seguinte redação:

«Artigo 17.º

(...)

1. (...);
2. (...);
3. *Revogado.*

Artigo 22.º

Pensão e subsídio de reintegração

1. Os Deputados têm direito a uma pensão mensal ou a um subsídio de reintegração após o termo do mandato.
2. A pensão e o subsídio de reintegração não são atribuídos em caso de perda do mandato.
3. A atribuição da pensão e do subsídio de reintegração é regulada em lei própria.»

Handwritten signature/initials



PARLAMENTO
NACIONAL
República Democrática de Timor-Leste

Artigo 11.º

Aditamento à Lei n.º 5/2004, de 5 de maio

É aditado à Lei n.º 5/2004, de 5 de maio, o artigo 14.º-A, com a seguinte redação:

«Artigo 14.º-A

Registo de interesses

1. É criado no Parlamento Nacional um registo de interesses que consiste na inscrição, em documento próprio, de todas as atividades e factos suscetíveis de gerarem incompatibilidades, impedimentos ou conflitos de interesses com o exercício do mandato parlamentar e quaisquer atos que possam proporcionar proveitos financeiros, nos termos do modelo em anexo.
2. Do registo de interesses devem constar, designadamente, as seguintes informações:
 - a) Atividades públicas ou privadas exercidas, nelas se incluindo atividades comerciais ou empresariais e, bem assim, o exercício de profissão liberal;
 - b) Desempenho de cargos sociais, ainda que a título gratuito;
 - c) Apoios ou benefícios financeiros ou materiais recebidos para o exercício das atividades respetivas, designadamente de entidades estrangeiras;
 - d) Entidades a quem sejam prestados serviços remunerados de qualquer natureza;
 - e) Contas bancárias e outros ativos financeiros;
 - f) Sociedades em cujo capital o titular participe, por si, pelo cônjuge não separado de pessoas e bens ou pelos filhos.
3. O registo de interesses é depositado junto da Comissão Parlamentar responsável pelas questões relacionadas com o Estatuto dos Deputados, nos sessenta dias posteriores à tomada de posse.
4. Os Deputados devem atualizar o respetivo registo de interesses com qualquer alteração que tenha influência na sua declaração inicial, no prazo de 30 dias a contar da sua ocorrência.
5. Os Deputados devem apresentar, nos sessenta dias após a cessação do mandato, declaração da qual constem todos os cargos, funções e atividades profissionais exercidas, bem como quaisquer participações financeiras de que sejam detentores à data da cessação.
6. Os Deputados devem apresentar, nos sessenta dias posteriores à tomada de posse, declaração de inexistência de incompatibilidades ou impedimentos, para efeitos do disposto nos artigos 13.º e 14.º, nos termos do modelo em anexo.
7. Em caso de não apresentação do registo de interesses e da declaração prevista no número anterior, o Deputado é notificado para apresentar o documento em falta no prazo de quinze dias, sob pena de incorrer em declaração de perda do mandato.
8. As declarações referidas nos números anteriores são depositadas junto da Comissão Parlamentar responsável pelas questões relacionadas com o Estatuto dos Deputados.
9. O registo de interesses é público e pode ser consultado por quem demonstrar interesse legítimo, mediante requerimento dirigido ao Presidente da Comissão referida no número anterior.

Handwritten signature



**PARLAMENTO
NACIONAL**
República Democrática de Timor-Leste

Artigo 12.º

Alteração à Lei n.º 7/2007, de 25 de Janeiro

Os artigos 10.º, 16.º, 17.º, 18.º, 19.º, 31.º, 32.º, 33.º e 34.º da Lei n.º 7/2007, de 25 de julho, passam a ter a seguinte redação:

«Artigo 10.º

Vencimento e outros direitos

1. (...);
2. (...);
3. (...);
4. (...);
 - a) (...);
 - b) (...);
 - c) (...);
 - d) (...);
 - e) (...);
 - f) A passaporte diplomático, incluindo cônjuge e descendentes menores ou incapazes;
 - g) (...).

Artigo 16.º

Pensão de Ex-titulares

1. Os ex-titulares do cargo de Presidente do Parlamento Nacional e Primeiro-Ministro têm direito a uma pensão mensal igual a 90% do respetivo vencimento, após o termo do mandato, exercido por um período de cinco anos, seguidos ou interpolados.
2. Os ex-titulares do cargo de Presidente do Supremo Tribunal de Justiça têm direito a uma pensão mensal igual a 90% do respetivo vencimento, após o termo do mandato, exercido por um período de quatro anos, seguidos ou interpolados.
3. O direito à pensão referida nos números anteriores adquire-se no dia imediato à cessação de funções.

Artigo 17.º

Morte do beneficiário da pensão

Em caso de morte dos titulares dos órgãos de soberania referidos nos artigos anteriores, em exercício de funções ou ex-titulares do cargo, os respetivos cônjuge sobrevivente enquanto viúvo, filhos menores ou incapazes e ascendentes que se incluam no agregado familiar têm direito, em conjunto, a uma pensão mensal de valor igual a 75% da pensão a que o ex-titular em causa teria direito.

Artigo 18.º

Outros direitos

1. Os ex-titulares do cargo de Presidente da República que tenham exercido o cargo pelo tempo correspondente a um mandato, usufruem ainda dos seguintes direitos:

Handwritten signature



PARLAMENTO
NACIONAL
República Democrática de Timor-Leste

a) (...);

b) (...);

c) (...);

d) (...);

e) (...);

f) (...);

g) Direito a livre trânsito, a passaporte diplomático para si, cônjuge e descendentes menores ou incapazes, nas deslocações dentro ou fora do país;

h) (...);

i) (*Revogado*);

j) (...).

2. Aos ex-titulares do cargo de Presidente do Parlamento Nacional, Primeiro-Ministro e Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, que tenham exercido o cargo pelo período de tempo previsto no artigo 16.º, é aplicável o disposto no número anterior.

Artigo 19.º

(...)

1. Aos ex-titulares do cargo de Presidente da República que não completem o mandato, será atribuída uma pensão calculada proporcionalmente ao tempo de exercício efetivo do cargo, e os direitos previstos nas alíneas g) a j) do artigo 18.º.
2. Aos ex-titulares dos cargos de Presidente do Parlamento Nacional e Primeiro-Ministro que não completem o período da Legislatura, será atribuída uma pensão calculada proporcionalmente ao tempo de exercício efetivo do cargo, e os direitos previstos nas alíneas g) a j) do artigo 18.º, desde que o tenham exercido pelo menos durante um ano.
3. Aos ex-titulares do cargo de Presidente do Supremo Tribunal de Justiça que não completem o mandato, será atribuída uma pensão calculada proporcionalmente ao tempo de exercício efetivo do cargo, e os direitos previstos nas alíneas g) a j) do artigo 18.º, desde que o tenham exercido pelo menos durante um ano.

Artigo 31.º

Pensão

1. Os membros do Governo que tenham exercido o cargo durante cinco anos, consecutivos ou interpolados, têm direito a uma pensão mensal igual a 60% do vencimento, após o termo do mandato.
2. Os membros do Governo que tenham exercido o cargo durante dez ou mais anos, seguidos ou interpolados, têm direito a uma pensão mensal correspondente a 75% do vencimento.
3. Os membros do Governo que tenham exercido o cargo durante quinze anos ou mais, seguidos ou interpolados, têm direito a uma pensão mensal igual a 90% do vencimento.

meit



PARLAMENTO
NACIONAL
República Democrática de Timor-Leste

4. Para efeitos do cálculo do valor da pensão é considerado o valor do vencimento mensal não se incluindo abonos para despesas de representação, ajudas de custo e demais abonos complementares ou extraordinários previstos na lei.
5. O pagamento da pensão prevista nos números anteriores só é devido quando o ex-titular completar cinquenta anos de idade.
6. Os membros do Governo com direito a pensão mensal beneficiam ainda dos direitos previstos nas alíneas g) e h) do artigo 18.º, com efeitos a partir do dia seguinte ao do termo do mandato.

Artigo 32.º

Não acumulação

1. A pensão prevista no artigo 31.º não é acumulável com:
 - a) O vencimento auferido como contrapartida do exercício de funções como titular ou membro de órgão de soberania;
 - b) Pensão atribuída aos ex-titulares e ex-membros de órgãos de soberania;
 - c) Pensão atribuída ao abrigo do regime de segurança social na velhice, invalidez e morte para os trabalhadores do Estado.
2. Nos casos previstos no número anterior o beneficiário deve optar por um dos regimes.
3. O titular da pensão deve ainda exercer o direito de opção caso assuma, nomeadamente, uma das seguintes funções:
 - a) Magistrado judicial;
 - b) Magistrado do Ministério Público;
 - c) Provedor dos Direitos Humanos e Justiça;
 - d) Embaixador;
 - e) Titular de órgão do poder local;
 - f) Gestor público;
 - g) Titular de órgão de gestão ou órgão diretivo de pessoa coletiva pública;
 - h) Administrador ou diretor indicado pelo Estado em sociedade comercial ou empresa pública;
 - i) Pessoal nomeado nos gabinetes dos titulares e dos membros dos órgãos de soberania;
 - j) Cargo público por designação de órgão de soberania;
 - k) Funcionário ou agente integrado na administração direta ou indireta do Estado e pessoal contratado.

Artigo 33.º

(...)

1. Os membros do Governo que tenham exercido o mandato por período inferior ao referido no artigo 31.º para efeitos de atribuição de pensão, têm direito a receber, após o termo do mandato, um subsídio de reintegração, desde que tenham exercido o mandato por um período igual ou superior a um ano.
2. O subsídio previsto no número anterior equivale a 100% do vencimento mensal auferido à data do termo do mandato, correspondente a um ano.

Handwritten signature



**PARLAMENTO
NACIONAL**
República Democrática de Timor-Leste

3. Para efeitos de cálculo do subsídio de reintegração é considerado o valor do vencimento mensal não se incluindo abonos para despesas de representação, ajudas de custo e demais abonos complementares ou extraordinários previstos na lei.
4. O subsídio de reintegração pode ser requerido a partir do dia imediato ao do termo do mandato.

Artigo 34.º

Caducidade

1. O direito ao subsídio de reintegração caduca no prazo de um ano a contar da data do termo do mandato ou antes do decurso deste prazo se o titular reassumir o cargo, assumir funções em diferente órgão de soberania ou passar a exercer alguma das funções previstas no artigo 32.º.
2. Se, antes de decorrido um ano após o termo do mandato, o titular reassumir o cargo, assumir funções em diferente órgão de soberania ou passar a exercer alguma das funções previstas no artigo 32.º, deve proceder à devolução do subsídio de reintegração. »

Artigo 13.º

Aditamento à Lei n.º 7/2007, de 25 de Julho

São aditados à Lei n.º 7/2007, de 25 de Julho, os artigos 15.º-A, 19.º-A e 35.º-A, com a seguinte redação:

«Artigo 15.º-A

Pensão de ex-titular do cargo de Presidente da República

1. Os ex-titulares do cargo de Presidente da República têm direito a uma pensão mensal igual a 100% do respetivo vencimento, após o termo do mandato.
2. O direito à pensão adquire-se no dia imediato à cessação de funções.

Artigo 19.º-A

Subsídio de reintegração

Aos ex-titulares dos cargos de Presidente do Parlamento Nacional, Primeiro-Ministro e Presidente do Supremo Tribunal de Justiça que exerçam o cargo por um período inferior a um ano, será atribuído um subsídio de reintegração equivalente a 100% do vencimento mensal auferido à data do termo do mandato, correspondente a um ano, bem como os direitos previstos nas alíneas g) a j) do artigo 18.º.

Artigo 35.º-A

Atualização

A pensão mensal é automaticamente atualizada nos termos da atualização do vencimento tomado como referência para o respetivo cálculo.»

Meek



**PARLAMENTO
NACIONAL**
República Democrática de Timor-Leste

CAPÍTULO IV

Disposições transitórias e finais

Artigo 14.º

Direitos adquiridos

1. Os Deputados que, até ao termo do mandato atual, preencham os requisitos consignados na Lei n.º 1/2007, de 18 de janeiro, têm direito a beneficiar da atribuição da pensão mensal vitalícia ou do subsídio de reintegração nos termos nela previstos, não lhes sendo aplicáveis as alterações constantes da presente lei.
2. Aos ex-titulares do cargo de Deputado à Assembleia Constituinte e ao Parlamento Nacional que preencham os requisitos consignados na Lei n.º 1/2007, de 18 de janeiro, e que, até à data da entrada em vigor da presente lei, não tenham requerido a pensão mensal vitalícia ou o subsídio de reintegração, é aplicável o disposto no número anterior.
3. Aos titulares e membros dos órgãos de soberania que, até ao termo do mandato atual, preencham os requisitos consignados na Lei n.º 7/2007, de 25 de julho, têm direito a beneficiar da atribuição da pensão mensal vitalícia ou do subsídio de reintegração nos termos nela previstos, não lhes sendo aplicáveis as alterações constantes da presente lei.
4. Aos ex-titulares e ex-membros dos órgãos de soberania que preencham os requisitos previstos na Lei n.º 7/2007, de 25 de julho, e que, até à data da entrada em vigor da presente lei, não tenham requerido a pensão mensal vitalícia, é aplicável o disposto no número anterior.

Artigo 15.º

Norma revogatória

São revogados:

- a) A Lei n.º 1/2007, de 18 de janeiro;
- b) O n.º 3 do artigo 17.º da Lei n.º 5/2004, de 5 de maio;
- c) O artigo 12.º da Lei n.º 7/2007, de 25 de julho.

Artigo 16.º

Republicação

É republicada em anexo à presente lei, da qual faz parte integrante, a Lei n.º 7/2007, de 25 de julho, com a redação atual e as necessárias correções materiais.

Artigo 17.º

Entrada em vigor

1. A presente lei entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.
2. Sem prejuízo do disposto no número anterior, o artigo 14.º-A do Estatuto dos Deputados só produz efeitos com o início da IV Legislatura.

mark



PARLAMENTO
NACIONAL
República Democrática de Timor-Leste

Dili, 25 de maio de 2016.

Os Deputados proponentes,

Aniceto Guterres FRETILIN *[Signature]*
António da Silva ~~FRETILIN~~ *[Signature]*
Joaquim dos Santos *[Signature]*
Josefa A. P. Soares *[Signature]*
Francisco N. Branco *[Signature]*
David Moreira *[Signature]*
Ana Ribeiro *[Signature]*
Eduardo S. Facal de Jesus *[Signature]*
Aurora Ximenes *[Signature]*
António dos Santos *[Signature]*



PARLAMENTO
NACIONAL
República Democrática de Timor-Leste

ANEXO I
REGISTO DE INTERESSES

ARTIGO 14.º-A DO ESTATUTO DOS DEPUTADOS

(Aprovado pela Lei n.º 5/2004, de 5 de maio, alterada pela Lei n.º / , de .)

1. Identificação

Nome _____
Residência _____

2. Cargo de que é titular

Data da tomada de posse _____ de _____ de _____

3. Atividades públicas ou privadas exercidas, nelas se incluindo atividades comerciais ou empresariais e, bem assim, o exercício de profissão liberal

4. Desempenho de cargos sociais, ainda que a título gratuito

5. Apoios ou benefícios financeiros ou materiais recebidos para o exercício das atividades respetivas, designadamente de entidades estrangeiras



**PARLAMENTO
NACIONAL**
República Democrática de Timor-Leste

6. Entidades a quem sejam prestados serviços remunerados de qualquer natureza

7. Contas bancárias e outros ativos financeiros

8. Sociedades em cujo capital o titular participe, por si, pelo cônjuge não separado de pessoas e bens ou pelos filhos

9. Outras situações não abrangidas pelos números anteriores.

_____/_____/_____
(Local e data)

(Assinatura)



PARLAMENTO
NACIONAL
República Democrática de Timor-Leste

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE INCOMPATIBILIDADES E IMPEDIMENTOS

(Nome) _____, titular do cartão de eleitor n.º _____, residente em _____, Deputado(a) eleito ao Parlamento Nacional pelo Partido/Coligação _____, em _____, declara, sob compromisso de honra, não estar abrangido(a) por nenhuma das incompatibilidades ou impedimentos previstos nos artigos 13.º e 14.º da Lei n.º 5/2004, de 5 de maio, alterada pela Lei n.º / de _____ (Estatuto dos Deputados).

_____/_____/_____
(Local e data)

(Assinatura)



**PARLAMENTO
NACIONAL**
República Democrática de Timor-Leste

ANEXO III

(a que se refere o artigo 16.º)

**Republicação da Lei n.º 7/2007, de 25 de julho
Estatuto dos Titulares dos Órgãos de Soberania**

A Constituição da República de Timor-Leste dispõe no seu artigo 67.º que são órgãos de soberania, o Presidente da República, o Parlamento Nacional, o Governo e os Tribunais. O pleno exercício das funções das pessoas que compõem estes órgãos depende das condições que o Estado timorense lhes dispõe, bem como da definição do âmbito do exercício das mesmas.

Por esta razão é mister a criação delas através de garantias, atribuindo direitos e regalias pessoais, definindo impedimentos e incompatibilidades de modo a que se implemente a capacidade de desenvolvimento de ações cuja legitimidade assenta na autoridade da Constituição, das demais leis e na dignidade das funções exercidas.

É também necessário proteger e salvaguardar os titulares de influências ou de interesses específicos de natureza profissional ou outros, por forma a garantir o exercício de funções de forma isenta e independente.

Tais condições conferem dignidade sendo estas pessoas os titulares de cargos políticos e integrados nos órgãos que são o símbolo e garante da independência e da unidade do Estado, representam todos os cidadãos timorenses, respondem pela condução e execução da política e da administração pública do país e administram a justiça em nome do povo. Dignidade essa que merece ser tutelada após o exercício das suas funções, proporcionando-lhes as condições mínimas de vida.

Assim,

O Parlamento Nacional decreta, nos termos do artigo 92.º e da alínea k), do número 2, do artigo 95.º da Constituição da República, para valer como lei, o seguinte:

**CAPÍTULO
DISPOSIÇÕES GERAIS**

**SECÇÃO I
ÂMBITO DE APLICAÇÃO**

Artigo 1.º

Âmbito de aplicação

1. O presente diploma aplica-se aos titulares e membros dos órgãos de soberania de Timor-Leste referidos nos números seguintes, com exceção dos magistrados judiciais que, pela natureza das suas funções, gozam de estatuto próprio e dos deputados do Parlamento Nacional, que nos termos da alínea j) do n.º 2 do artigo 95.º da Constituição, gozam de estatuto próprio.
 - a) Para efeitos da presente lei, são considerados titulares de órgãos de soberania:
 - O Presidente da República;
 - O Presidente do Parlamento Nacional;



**PARLAMENTO
NACIONAL**
República Democrática de Timor-Leste

- c) O Primeiro-Ministro;
 - d) O Presidente do Supremo Tribunal de Justiça.
2. Para efeitos da presente lei são considerados membros de órgãos de soberania os membros do Governo.

SECÇÃO II
INCOMPATIBILIDADES E IMPEDIMENTOS

Artigo 2.º

Exclusividade

1. A titularidade dos cargos a que se refere o artigo anterior é incompatível com quaisquer outras funções profissionais remuneradas ou não, bem como com a integração em corpos sociais de quaisquer pessoas coletivas de fins lucrativos.
2. Excetuam-se do disposto no número anterior as funções ou atividades derivadas do cargo e as que são exercidas por inerência.
3. Os titulares dos órgãos de soberania não podem, pelo exercício das suas funções, ser prejudicados na sua colocação ou emprego permanente, devendo, contudo, durante o mesmo período, cessar todas as atividades profissionais, públicas ou privadas, que vinham exercendo à data da sua posse.
4. O período de exercício de funções referidas no artigo anterior conta como tempo de serviço prestado no cargo ou atividade de origem, para todos efeitos, salvo para aqueles que pressuponham o exercício efetivo da atividade profissional.

Artigo 3.º

Impedimentos aplicáveis a sociedades

1. As empresas cujo capital seja detido numa percentagem superior a 10% por um titular de órgão de soberania ficam impedidas de participar em concursos de fornecimento de bens ou serviços, no exercício de atividade de comércio ou indústria, em contratos com o Estado e demais pessoas coletivas públicas.
2. Ficam sujeitas ao mesmo regime:
 - a) As empresas de cujo capital em igual percentagem, seja titular o seu cônjuge, não separado de pessoas e bens, os seus ascendentes e descendentes em qualquer grau e os colaterais até 2.º grau, bem como aquele que com ele viva em comunhão de vida, análoga ao casamento;
 - b) As empresas em cujo capital o titular do órgão detenha, direta ou indiretamente, por si ou conjuntamente com os familiares referidos na alínea anterior, uma participação não inferior a 10%.

Artigo 4.º

Arbitragem e peritagem

1. Os titulares de órgãos de soberania estão impedidos de servir de árbitro ou de perito, a título gratuito ou remunerado.
2. O impedimento mantém-se até ao termo do prazo de um ano após a respetiva cessação de funções.



**PARLAMENTO
NACIONAL**
República Democrática de Timor-Leste

Artigo 5.º

Atividades anteriores

1. Os titulares de órgãos de soberania que, nos últimos três anos anteriores à data da investidura no cargo, tenham detido, nos termos do artigo 3.º, a percentagem de capital em empresas neles referida ou tenham integrado corpos sociais de quaisquer pessoas coletivas de fins lucrativos não podem intervir:
 - a) Em concurso de fornecimento de bens ou serviços ao Estado e demais pessoas coletivas públicas aos quais aquelas empresas e pessoas coletivas sejam candidatos;
 - b) Em contratos do Estado e demais pessoas coletivas públicas com elas celebrados;
 - c) Em quaisquer outros procedimentos administrativos, em que aquelas empresas e pessoas coletivas intervenham, suscetíveis de gerar dúvidas sobre a isenção ou retidão da conduta dos referidos titulares, designadamente nos de concessão ou modificação de autorizações ou licenças, de atos de expropriação, de concessão de benefícios de conteúdo patrimonial e de doação de bens.
2. O impedimento previsto no número anterior não se verifica nos casos em que a referida participação em cargos sociais das pessoas coletivas tenha ocorrido por designação do Estado ou de outra pessoa coletiva pública.

SECÇÃO III

REGISTO DE INTERESSES

Artigo 6.º

Noção

1. É criado um registo de interesses junto do Supremo Tribunal de Justiça, que consiste na inscrição, em livro próprio, de todas as atividades suscetíveis de gerarem incompatibilidades ou impedimentos e quaisquer atos que possam proporcionar proveitos financeiros ou conflitos de interesses.
2. O registo de interesses compreende os registos relativos aos titulares e membros dos órgãos de soberania e a outras pessoas que a lei determine.
3. Para efeitos do disposto no número anterior, serão inscritos em especial os seguintes factos:
 - a) Atividades públicas ou privadas, nelas se incluindo atividades comerciais ou empresariais e, bem assim, o exercício de profissão liberal;
 - b) Desempenho de cargos sociais, ainda que a título gratuito;
 - c) Apoios ou benefícios financeiros ou materiais recebidos para o exercício das atividades respetivas, designadamente de entidades estrangeiras;
 - d) Entidades a quem sejam prestados serviços remunerados de qualquer natureza;
 - e) Contas bancárias e outros ativos financeiros;
 - f) Sociedades em cujo capital o titular, por si, pelo cônjuge ou pelos filhos, disponha de capital.
4. O registo é público e pode ser consultado por quem demonstrar interesse legítimo.



**PARLAMENTO
NACIONAL**
República Democrática de Timor-Leste

Artigo 7.º

Fiscalização pelo Tribunal

1. Os titulares de órgãos de soberania devem depositar no Supremo Tribunal de Justiça, nos 60 dias posteriores à data da tomada de posse, declaração de inexistência de incompatibilidades ou impedimentos, donde conste a enumeração de todos os cargos, funções e atividades profissionais exercidos pelo declarante, bem como de quaisquer participações financeiras detidas pelo mesmo.
2. Compete ao Tribunal proceder à análise, fiscalização e sancionamento das declarações dos titulares de cargos políticos.
3. O Tribunal pode solicitar a clarificação do conteúdo das declarações aos depositários no caso de dúvidas sugeridas pelo texto.
4. O Tribunal procede ainda à apreciação da regularidade formal das declarações e da observância do prazo de entrega, participando aos órgãos competentes para a verificação e sancionamento irregularidades ou a não observância do prazo.

Artigo 8.º

Regime aplicável em caso de incumprimento

Em caso de não apresentação da declaração prevista no artigo anterior, a entidade competente para o seu depósito notifica o titular do cargo a que se aplica a presente lei para a apresentar no prazo de 30 dias, sob pena de, em caso de incumprimento culposo, incorrer em declaração de perda do mandato, demissão ou destituição judicial, nos termos legais.

Artigo 9.º

Indemnização por danos

1. Os membros do Governo que, no exercício das suas funções ou por causa delas, sejam vítimas de atos que impliquem a ofensa à vida, à integridade física, à liberdade ou a bens patrimoniais, têm direito a justa indemnização.
2. Os factos que a justifiquem são objeto de inquérito determinado pelo Primeiro-Ministro, o qual decide da atribuição e do valor da indemnização, salvo na medida em que os danos estejam cobertos por outros meios.

Artigo 10.º

Vencimento e outros direitos

1. Os titulares e membros de órgãos de soberania têm direito ao vencimento mensal, abonos para despesas de representação, ajudas de custo e demais abonos complementares ou extraordinários previstos na lei.
2. Nenhum titular, membro de órgão de soberania, funcionário público ou funcionários das outras entidades públicas pode ter um vencimento superior ao do Presidente da República.
3. Os vencimentos dos titulares dos órgãos de soberania são atualizados nos mesmos termos em que o sejam para os membros do Governo, no caso do Presidente da República e do Primeiro-Ministro, e nos termos das atualizações dos vencimentos dos deputados, no caso do Presidente do Parlamento Nacional.
4. Os titulares e os membros de órgãos de soberania têm direito, além dos vencimentos previstos no n.º 1:



PARLAMENTO NACIONAL

República Democrática de Timor-Leste

- a) A um período anual de férias de trinta dias acumuláveis sucessivamente se não puderem ser gozadas por conveniência de serviço, no ano civil em que se vençam, ou ao pagamento da correspondente remuneração no caso de o respetivo direito não ter sido efetivado até ao momento de cessação de funções;
- b) A assistência médica, medicamentosa, cirúrgica e hospitalar na classe mais favorável, para si e seu agregado familiar;
- c) Aos benefícios sociais previstos para os funcionários públicos;
- d) A cartão de livre-trânsito, considerado como livre circulação no exercício das suas funções ou por causa delas, em locais públicos de acesso condicionado;
- e) Nas suas deslocações oficiais fora de Díli, no país ou ao estrangeiro, a ajudas de custo fixadas na lei;
- f) A passaporte diplomático, incluindo cônjuge e descendentes menores ou incapazes;
- g) A seguro de vida e de bagagem quando se deslocarem em serviço.

CAPÍTULO II REGIMES ESPECÍFICOS

SECÇÃO I TITULARES DOS ÓRGÃOS DE SOBERANIA

Artigo 11.º

Âmbito

O regime previsto nesta secção aplica-se especificamente aos Presidentes da República, Presidentes do Parlamento Nacional, Primeiros-Ministros e Presidentes do Supremo Tribunal de Justiça.

Artigo 12.º

Outros direitos

Revogado.

Artigo 13.º

Viaturas oficiais

1. Os titulares dos órgãos de soberania têm direito a veículos para uso oficial e para uso pessoal.
2. Estes veículos serão distribuídos às entidades referidas no número anterior à razão de um veículo oficial e um veículo pessoal para cada uma.

Artigo 14.º

Residência oficial

1. Os titulares dos órgãos de soberania têm direito a residência oficial.
2. A lei determina os edifícios públicos afetos aos titulares dos órgãos de soberania para o exercício das respetivas funções, nomeadamente as de representação.



**PARLAMENTO
NACIONAL**
República Democrática de Timor-Leste

3. Os encargos inerentes ao funcionamento das residências oficiais serão liquidados nos termos que vierem a ser definidos por diploma do Governo.

Artigo 15.º

Segurança

Os titulares dos órgãos de soberania têm direito durante o período de duração do respetivo mandato, a segurança permanente pessoal, na residência, no local do trabalho e nas suas deslocações no país ou para o estrangeiro.

Artigo 15.º-A

Pensão de ex-titular do cargo de Presidente da República

1. Os ex-titulares do cargo de Presidente da República têm direito a uma pensão mensal igual a 100% do respetivo vencimento, após o termo do mandato.
2. O direito à pensão adquire-se no dia imediato à cessação de funções.

Artigo 16.º

Pensão de ex-titulares

1. Os ex-titulares do cargo de Presidente do Parlamento Nacional e Primeiro-Ministro têm direito a uma pensão mensal igual a 90% do respetivo vencimento, após o termo do mandato, exercido por um período de cinco anos, seguidos ou interpolados.
2. Os ex-titulares do cargo de Presidente do Supremo Tribunal de Justiça têm direito a uma pensão mensal igual a 90% do respetivo vencimento, após o termo do mandato, exercido por um período de quatro anos, seguidos ou interpolados.
3. O direito à pensão referida nos números anteriores adquire-se no dia imediato à cessação de funções.

Artigo 17.º

Morte do beneficiário da pensão

Em caso de morte dos titulares dos órgãos de soberania referidos nos artigos anteriores, em exercício de funções ou ex-titulares do cargo, os respetivos cônjuge sobrevivente enquanto viúvo, filhos menores ou incapazes e ascendentes que se incluam no agregado familiar têm direito, em conjunto, a uma pensão mensal de valor igual a 75% da pensão a que o ex-titular em causa teria direito.

Artigo 18.º

Outros direitos

1. Os ex-titulares do cargo de Presidente da República que tenham exercido o cargo pelo tempo correspondente a um mandato, usufruem ainda dos seguintes direitos:
 - a) Residência condigna;
 - b) Automóvel do Estado, para o seu serviço pessoal, com condutor e combustível;
 - c) Direito a proteção pessoal e residencial;



**PARLAMENTO
NACIONAL**
República Democrática de Timor-Leste

- d) Direito a disporem de um gabinete de trabalho, com dois telefones, internet, telemóvel, secretária pessoal e um assessor, destacados a seu pedido em regime de requisição de entre funcionários e outros agentes do Estado;
 - e) Direito a ajudas de custo nos termos da lei aplicável às deslocações do Presidente da República, Presidente do Parlamento Nacional e Primeiro-Ministro, sempre que tenham de deslocar-se no desempenho de missões oficiais para fora da área de sua residência habitual, num período não superior a quinze dias;
 - f) Uma viagem internacional anual, com dois acompanhantes, em classe adequada às funções de que foi titular;
 - g) Direito a livre trânsito, a passaporte diplomático para si, cônjuge e descendentes menores ou incapazes, nas deslocações dentro ou fora do país;
 - h) Direito a assistência médica dentro e, sempre que for considerada necessária, fora do país, neste caso, com prévio parecer médico;
 - i) *(Revogado)*;
 - j) A si e à sua família, direito a lugar de honra, nas cerimónias oficiais de Estado.
2. Aos ex-titulares do cargo de Presidente do Parlamento Nacional, Primeiro-Ministro e Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, que tenham exercido o cargo pelo período de tempo previsto no artigo 16.º, é aplicável o disposto no número anterior.

Artigo 19.º

Pensão parcial

1. Aos ex-titulares do cargo de Presidente da República que não completem o mandato, será atribuída uma pensão calculada proporcionalmente ao tempo de exercício efetivo do cargo, e os direitos previstos nas alíneas g) a j) do artigo 18.º.
2. Aos ex-titulares dos cargos de Presidente do Parlamento Nacional e Primeiro-Ministro que não completem o período da Legislatura, será atribuída uma pensão calculada proporcionalmente ao tempo de exercício efetivo do cargo, e os direitos previstos nas alíneas g) a j) do artigo 18.º, desde que o tenham exercido pelo menos durante um ano.
3. Aos ex-titulares do cargo de Presidente do Supremo Tribunal de Justiça que não completem o mandato, será atribuída uma pensão calculada proporcionalmente ao tempo de exercício efetivo do cargo, e os direitos previstos nas alíneas g) a j) do artigo 18.º, desde que o tenham exercido pelo menos durante um ano.

Artigo 19.º-A

Subsídio de reintegração

Aos ex-titulares dos cargos de Presidente do Parlamento Nacional, Primeiro-Ministro e Presidente do Supremo Tribunal de Justiça que exerçam o cargo por um período inferior a um ano, será atribuído um subsídio de reintegração equivalente a 100% do vencimento mensal auferido à data do termo do mandato, correspondente a um ano, bem como os direitos previstos nas alíneas g) a j) do artigo 18.º.



**PARLAMENTO
NACIONAL**
República Democrática de Timor-Leste

Artigo 20.º

Não acumulação

As pensões previstas nos artigos anteriores não são acumuláveis entre si nem com o recebimento de qualquer vencimento que os respetivos titulares do direito àquela pensão auferam do Estado por contrapartida do exercício de funções como titular ou membro de órgão de soberania, devendo optar por um dos regimes.

Artigo 21.º

Substituição interina

O regime previsto na presente lei não se aplica aos ex-titulares que apenas tenham exercido interinamente o cargo, ou cuja perda do cargo tenha sido declarada judicialmente, salvo no caso de resultar de impossibilidade física.

SECÇÃO II
MEMBROS DO GOVERNO

Artigo 22.º

Exclusão

1. O regime previsto nesta secção é aplicável aos membros do Governo.
2. O regime previsto na presente secção é aplicável aos Primeiros-Ministros em tudo o que for omissivo na secção anterior.
3. Não estão abrangidos no âmbito de aplicação desta lei, as pessoas que sejam equiparadas a membro do Governo, designadamente nas respetivas leis orgânicas e na lei orgânica do Governo.

Artigo 23.º

Início e termo do mandato

1. As funções dos membros do Governo iniciam-se com a assinatura do respetivo termo de posse.
2. O termo das funções dá-se com a tomada de posse de um novo Governo, por morte ou com a tomada de posse de um novo membro do Governo que o substitua.

Artigo 24.º

Suspensão de funções

1. Os membros do Governo apenas podem suspender funções nos casos permitidos por lei.
2. Os membros do Governo podem delegar as suas competências nos membros do Governo que dele dependam.



**PARLAMENTO
NACIONAL**
República Democrática de Timor-Leste

Artigo 25.º

Restrição de funções

A partir da data da realização de eleições para o Parlamento Nacional, da demissão do Primeiro-Ministro ou da demissão do próprio membro do Governo, este deve abster-se de tomar iniciativas políticas e legislativas, com exceção daquelas que tenham caráter de urgência ou de emergência.

Artigo 26.º

Responsabilidade criminal

1. Nenhum membro do Governo pode ser detido ou preso sem autorização do Parlamento Nacional, salvo por crime a que corresponda pena de prisão cujo limite máximo seja superior a dois anos e em flagrante delito.
2. O membro do Governo acusado definitivamente por um crime punível com pena de prisão superior a dois anos é suspenso das suas funções, para efeitos de prosseguimento dos autos.
3. No caso de acusação definitiva por crime punível com pena de prisão até dois anos, caberá ao Parlamento Nacional decidir se o membro do Governo deve ou não ser suspenso, para os efeitos previstos no número anterior.

Artigo 27.º

Condições de exercício da função

1. Os membros do Governo têm direito a condições adequadas ao eficaz exercício de funções, nomeadamente:
 - a) Residência condigna;
 - b) Automóvel do Estado, para uso oficial, incluindo condutor, combustível e manutenção;
 - c) Proteção pessoal e residencial adequada à situação;
 - d) Gabinete de apoio pessoal;
 - e) Instalações e condições adequadas de trabalho;
 - f) Segurança social, nomeadamente assistência médica e medicamentosa e pagamento de internato hospitalar no país.
2. Os membros do Governo, durante o exercício das suas funções, gozam ainda dos seguintes direitos:
 - a) Passaporte diplomático atribuído pelo período da legislatura, que deve ser devolvido no termo das respetivas funções;
 - b) Adiamento do cumprimento do serviço militar;
 - c) Adiamento da mobilização civil;
 - d) Livre-trânsito, entendido como livre circulação em locais públicos de acesso condicionado, mediante exibição de cartão especial de identificação.



**PARLAMENTO
NACIONAL**
República Democrática de Timor-Leste

Artigo 28.º

Garantias de trabalho

1. Os membros do Governo não podem ser prejudicados na sua colocação ou no seu emprego permanente por virtude do desempenho de funções no Governo.
2. Os membros do Governo têm direito a dispensa de todas as atividades profissionais, públicas ou privadas, durante o período de exercício de funções governativas.

Artigo 29.º

Subvenção em caso de incapacidade

1. Quando no exercício do cargo, ou por causa dele, o membro do Governo se incapacitar física ou psiquicamente para o exercício do mesmo, tem direito a uma subvenção mensal, cujo montante é igual a 75% da remuneração mensal líquida auferida.
2. A pensão por incapacidade não é cumulável com a pensão prevista no artigo 31.º.

Artigo 30.º

Pensão de sobrevivência

1. Em caso de morte no exercício de funções no Governo, se o membro do Governo não tiver direito à pensão mensal prevista no artigo seguinte, será atribuída uma pensão de sobrevivência ao cônjuge sobrevivente ou aos descendentes menores ou incapazes.
2. O montante da pensão de sobrevivência é igual a 75% da remuneração mensal auferida pelo membro do Governo à data do falecimento.

Artigo 31.º

Pensão

1. Os membros do Governo que tenham exercido o cargo durante cinco anos, consecutivos ou interpolados, têm direito a uma pensão mensal igual a 60% do vencimento, após o termo do mandato.
2. Os membros do Governo que tenham exercido o cargo durante dez ou mais anos, seguidos ou interpolados, têm direito a uma pensão mensal correspondente a 75% do vencimento.
3. Os membros do Governo que tenham exercido o cargo durante quinze anos ou mais, seguidos ou interpolados, têm direito a uma pensão mensal igual a 90% do vencimento.
4. Para efeitos do cálculo do valor da pensão é considerado o valor do vencimento mensal não se incluindo abonos para despesas de representação, ajudas de custo e demais abonos complementares ou extraordinários previstos na lei.
5. O pagamento da pensão prevista nos números anteriores só é devido quando o ex-titular completar cinquenta anos de idade.
6. Os membros do Governo com direito a pensão mensal beneficiam ainda dos direitos previstos nas alíneas g) e h) do artigo 18.º, com efeitos a partir do dia seguinte ao do termo do mandato.



**PARLAMENTO
NACIONAL**
República Democrática de Timor-Leste

Artigo 32.º

Não acumulação

1. A pensão prevista no artigo 31.º não é acumulável com:
 - d) O vencimento auferido como contrapartida do exercício de funções como titular ou membro de órgão de soberania;
 - e) Pensão atribuída aos ex-titulares e ex-membros de órgãos de soberania;
 - f) Pensão atribuída ao abrigo do regime de segurança social na velhice, invalidez e morte para os trabalhadores do Estado.
2. Nos casos previstos no número anterior o beneficiário deve optar por um dos regimes.
3. O titular da pensão deve ainda exercer o direito de opção caso assuma, nomeadamente, uma das seguintes funções:
 - l) Magistrado judicial;
 - m) Magistrado do Ministério Público;
 - n) Provedor dos Direitos Humanos e Justiça;
 - o) Embaixador;
 - p) Titular de órgão do poder local;
 - q) Gestor público;
 - r) Titular de órgão de gestão ou órgão diretivo de pessoa coletiva pública;
 - s) Administrador ou diretor indicado pelo Estado em sociedade comercial ou empresa pública;
 - t) Pessoal nomeado nos gabinetes dos titulares e dos membros dos órgãos de soberania;
 - u) Cargo público por designação de órgão de soberania;
 - v) Funcionário ou agente integrado na administração direta ou indireta do Estado e pessoal contratado.

Artigo 33.º

Subsídio de reintegração

1. Os membros do Governo que tenham exercido o mandato por período inferior ao referido no artigo 31.º para efeitos de atribuição de pensão, têm direito a receber, após o termo do mandato, um subsídio de reintegração, desde que tenham exercido o mandato por um período igual ou superior a um ano.
2. O subsídio previsto no número anterior equivale a 100% do vencimento mensal auferido à data do termo do mandato, correspondente a um ano.
3. Para efeitos de cálculo do subsídio de reintegração é considerado o valor do vencimento mensal não se incluindo abonos para despesas de representação, ajudas de custo e demais abonos complementares ou extraordinários previstos na lei.
4. O subsídio de reintegração pode ser requerido a partir do dia imediato ao do termo do mandato.



**PARLAMENTO
NACIONAL**
República Democrática de Timor-Leste

Artigo 34.º

Caducidade

1. O direito ao subsídio de reintegração caduca no prazo de um ano a contar da data do termo do mandato ou antes do decurso deste prazo se o titular reassumir o cargo, assumir funções em diferente órgão de soberania ou passar a exercer alguma das funções previstas no artigo 32.º.
2. Se, antes de decorrido um ano após o termo do mandato, o titular reassumir o cargo, assumir funções em diferente órgão de soberania ou passar a exercer alguma das funções previstas no artigo 32.º, deve proceder à devolução do subsídio de reintegração.

Artigo 35.º

Regime fiscal

As remunerações e os subsídios percebidos pelos titulares de cargos abrangidos pela presente lei estão sujeitos ao regime fiscal aplicável aos funcionários públicos.

Artigo 35.º-A

Atualização

A pensão mensal é automaticamente atualizada nos termos da atualização do vencimento tomado como referência para o respetivo cálculo.

Artigo 36.º

Contagem de tempo

Para efeitos de contagem de tempo de exercício de funções ou desempenho de cargos em órgãos de soberania são considerados:

- a) Cargos desempenhados no Governo, os que tenham sido exercidos nos Governos de transição na Administração da UNTAET;
- b) Cargos desempenhados no Parlamento Nacional, os que tenham sido exercidos no Conselho Consultivo Nacional, criado pelo Regulamento UNTAET/REG/1999/2 de 2 de dezembro, e no Conselho Nacional, criado pelo Regulamento UNTAET/REG/2000/24, de 14 de julho;
- c) Aos membros que desempenharam parte das suas funções no Parlamento Nacional e parte no Governo considera-se como tempo de serviço o somatório do tempo prestado nas diferentes funções, atribuindo-lhe a pensão ou subsídio em função das funções que tiver desempenhado mais tempo.

Artigo 37.º

Perda de qualidade e dos direitos

O regime previsto na presente lei deixa de se aplicar aos ex-titulares condenados pela prática de crimes contra a segurança do estado e contra a humanidade, a contar da data do trânsito em julgado da decisão judicial condenatória.



PARLAMENTO
NACIONAL
República Democrática de Timor-Leste

Artigo 38.º

Entrada em vigor

A presente lei entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação no Jornal da República.

Aprovada em 17 de julho de 2007.

O Vice-Presidente do Parlamento Nacional,

Jacob Fernandes

Promulgada em 22 de julho de 2007.

Publique-se.

O Presidente da República,

José Ramos Horta